

Em 19 de agosto de 2025, às 19h06, teve início via *Google Meet* a Sessão Plenária Ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE-BH), com a seguinte pauta: 1- Informes; 2- Apresentação do Questionário: Grupo da Educação Infantil. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Bernadete Quirino Duarte Blaess, Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, Galdina de Souza Arrais, Janeth Cilene Betônico da Silva, José Carlos Padilha Arêas, Maria Virgínia Moraes Garcia, Paulo Henrique Santos Fonseca, Sara Vitral Rezende, e Vera Lúcia Otto Diniz. Justificaram ausência: Carolina Pasqualini de Andrade, Cláudia Neves San Miguel, Ivonice Maria da Rocha, Lucas Ferreira Pedro dos Santos, Rui César Resende de Souza, Stael Maria Gomes, Talita Barcelos Silva Lacerda, Thiago Luiz Ferreira Miranda e Valentina de Souza Paes Scott. Contou-se também com a presença de Vanessa Márcia da Cunha, Secretária Executiva. A reunião começou com a Coordenadora Bernadete Blaess se desculpando pelo atraso e explicando que participaria por celular devido a um problema técnico. Em seguida, Vanessa informou que oito pessoas justificaram a ausência e que a gravação da reunião havia sido autorizada. A pauta seria a continuação da discussão do encontro anterior. Dando continuidade aos trabalhos, Bernadete atualizou o grupo com os informes sobre a XI Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte: A solicitação do sindicato para que a conferência ocorresse em um sábado e domingo foi negada. A decisão foi motivada pelos altos custos e pela indisponibilidade dos locais já reservados. A data original da conferência foi mantida (sexta-feira e sábado). O pedido de publicação das alterações da portaria foi encaminhado. Com relação ao local de realização, três espaços estão sendo avaliados, mas nenhum foi confirmado. Os locais em análise são o Ouro Minas Hotel e o Hotel Dayrell. Vanessa esclareceu que o terceiro local ainda está sendo sondado e não foi divulgado. A comissão organizadora decidiu aguardar a definição do local para publicar o regimento, visto que o endereço é uma informação essencial do documento. Caso a confirmação demore, o regimento será publicado com as informações já definidas, omitindo o local. A previsão é que a definição ocorra ainda esta semana. Foram apresentados os painéis que serão usados para fomentar as discussões nas Pré-Conferências. A próxima reunião de organização foi agendada para o dia 1º de setembro. Em seguida, Vanessa complementou as informações de Bernadete, anunciando que a portaria seria publicada naquela semana e que, em virtude disso, as inscrições para as Pré-Conferências começariam em 21 de agosto. Os membros do Fórum e os conselheiros do Conselho Municipal de Educação são delegados natos. Contudo, para a participação das discussões nas Pré-Conferências é fundamental que todos os participantes façam a inscrição. O site de inscrição já está pronto e será amplamente divulgado na cidade — incluindo escolas públicas, creches e particulares — para garantir que todos possam participar. Prosseguindo com a pauta, Vera retomou a discussão do questionário, comunicando a existência de pendências e a necessidade de uma revisão nas questões já analisadas sobre o tema “Cadastro”. Posteriormente, o foco foi no tema “Atendimento à criança com deficiência”, com a apresentação e explanação das questões de 13 a 21. Bernadete, ao abordar o item 16 (acessibilidade pedagógica e arquitetônica), levantou um ponto crucial. Ela sugeriu o desmembramento da questão, justificando que as respostas poderiam divergir para cada tipo de acessibilidade. Bernadete destacou a relevância de verificar se as escolas estão cientes e utilizam as verbas para acessibilidade individual e salas de recursos multifuncionais, e se percebem e aplicam tais recursos de maneira eficaz. Imediatamente, Vera reforçou que o momento era propício para a participação de todos, convidando os presentes a fazerem perguntas e expressarem suas opiniões. Bernadete deu sequência à reunião, questionando a necessidade da pergunta 20 sobre atendimento complementar ou suplementar. Ela argumentou que essa questão, referente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), era redundante, já que havia sido abordada anteriormente. Ela explicou que o AEE tem justamente a função de

complementar ou suplementar o atendimento à criança, sendo ofertado em contraturno. Bernadete sugeriu que a pergunta resultaria em respostas imprecisas, já que a interpretação das escolas pode variar. Daise concordou e propôs a remoção da questão. Em seguida, Vera apresentou as questões 22 a 27 sobre o tema "Intersetorialidade". Daise, por sua vez, explicou sobre a articulação regional com a equipe do PAS (Projeto Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação) nas escolas, ressaltando a falta de garantia de outros atendimentos intersetoriais. Complementando a fala de Daise, Bernadete abordou o papel dos profissionais do PAS, esclarecendo que eles atuam apenas na rede municipal, e não nas escolas parceiras. A função deles, na questão da inclusão escolar, é apoiar a equipe pedagógica na compreensão dos estudantes, elaborando relatórios multiprofissionais que aprofundam a história da criança. Tais relatórios incluem fatores socioculturais, vivências, histórico de saúde e possíveis situações de violação, informações cruciais para a construção de um plano de atendimento individualizado. Bernadete ressaltou que a presença destes profissionais na escola, embora fundamental, não substitui a intersectorialidade. A atuação deles se limita ao contexto escolar, enquanto a intersectorialidade exige uma articulação mais ampla, envolvendo outras secretarias, como as de cultura, esporte e lazer. Portanto, é preciso indagar sobre isso. Daise sugeriu apenas a modificação da questão. Após a leitura de todas as questões por Vera, foi definido acrescentar a opção "não se aplica" na questão 22 e também as questões relativas ao PAS. Sem demora, Bernadete avaliou que o questionário estava completo em relação à intersectorialidade, mas sugeriu incluir perguntas específicas sobre o PAS, tema que ainda não havia sido abordado diretamente. Ela ressaltou a importância de adicionar a opção "não se aplica" para as instituições que não fazem parte do programa. Por atuar na diretoria responsável pelo PAS, Bernadete se prontificou a elaborar as questões. Ela mencionou que sua equipe já está em processo de avaliação do projeto nas escolas e possui perguntas prontas, comprometendo-se a adaptar as mais centrais para o formulário. A discussão sobre o questionário continuou, focando no tema "Rede Física" (questão 28). Vera iniciou o debate, questionando o recebimento de recursos para acessibilidade e a adequação dos espaços para o atendimento em tempo integral. Ela destacou que muitas escolas que passaram a oferecer esse modelo de ensino não foram modificadas para acomodar todas as turmas e atividades, e ressaltou a importância de investigar se os espaços existentes são compatíveis com a proposta. Bernadete, por sua vez, expressou a preocupação de que o termo "acessibilidade" fosse interpretado de forma restrita, apenas como acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência. Ela argumentou que o objetivo era abordar um conceito mais amplo: a acessibilidade universal, que visa adaptar os espaços para todas as crianças. Além disso, ela chamou a atenção para o desafio das escolas privadas parceiras, muitas vezes adaptadas em casas, em oferecer um ambiente de qualidade. Vera complementou, mencionando que diversas creches passaram por grandes reformas, resultando em uma melhoria nesse aspecto. Ficou definido que a questão 28 será revista. A reunião prosseguiu com a fala de Sara, que questionou a profundidade das perguntas sobre o recebimento de recursos. Ela sugeriu que, em vez de apenas perguntar "a instituição recebeu recursos?", fosse adicionado um questionamento sobre a suficiência desses recursos para atender às metas do PME, como a ampliação de matrículas na educação integral. Sara também apontou a ambiguidade do termo "recursos", que pode ser interpretado apenas como financeiro, embora as perguntas subsequentes sobre infraestrutura e adaptações sugiram um sentido mais amplo. Ela expressou a preocupação de que a pergunta fosse redigida de forma mais clara, a fim de que as respostas refletissem o que a equipe realmente deseja medir: a percepção de apoio da Secretaria ou a real adequação da infraestrutura física. Vera concordou com a análise, explicando que, inicialmente, a intenção era medir os recursos financeiros, mas que o termo também pode se relacionar à rede física, como construção. A discussão continuou, focando nas diferenças entre a rede de ensino municipal e a privada. José Carlos destacou que a prefeitura oferece melhores condições de trabalho, e essa desigualdade afeta até mesmo escolas privadas maiores. Ele levantou a preocupação de que o questionário não abordasse a realidade das professoras de inclusão, que muitas

vezes atuam sem o apoio necessário. Ele reforçou que as condições de trabalho impactam diretamente no processo pedagógico, uma questão crucial, já que a realidade entre as duas redes é muito distinta. Vera ressaltou a importância dessa discussão. Daise concordou com a fala de Sara, defendendo que o questionário precisa evidenciar essa diferença para que o investimento em cada rede possa ser analisado. Ela sugeriu incluir, nas perguntas (letras a, c, d, e, f) da questão 28, a opção "caso tenha marcado não, quais espaços, adaptações, recursos são necessários". Sara, por sua vez, propôs o uso da opção "não se aplica" com orientações claras para evitar que os participantes a utilizem por falta de conhecimento. José Carlos argumentou que, caso essa opção seja acrescentada, deve-se solicitar uma justificativa, pois é essencial obter informações valiosas para futuras orientações. Vera e Daise sugeriram que a pergunta sobre a suficiência de recursos tivesse um campo de resposta aberto. A ideia é que as instituições que responderem "não" sejam obrigadas a justificar, fornecendo dados mais precisos. Essa abordagem, segundo elas, seria útil para entender, por exemplo, a ausência de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, além de eliminar a necessidade da opção "não se aplica". Bernadete esclareceu que, embora o termo acessibilidade se relacione com a educação especial, a discussão sobre a rede física precisa ser mais abrangente. A acessibilidade para crianças com deficiência já foi tratada em tópico específico, portanto, o foco agora deve ser na materialidade da escola como um todo. Ela defendeu que a pauta deve incluir espaços como bibliotecas, parquinhos e áreas que promovam vivências e brincadeiras, pois misturar os temas faria com que a visão completa da materialidade da escola fosse perdida. Por fim, ela pontuou que a tecnologia assistiva deve ser abordada dentro do contexto do atendimento à educação especial na perspectiva inclusiva, e não na discussão sobre a infraestrutura geral. Sara e Bernadete expressaram preocupação com o tamanho e a complexidade do questionário, temendo que as escolas não o preenchessem. Sara sugeriu agrupar as perguntas sobre educação especial em uma única seção. Ela defendeu que essa abordagem facilitaria o preenchimento, especialmente para escolas que atendem tanto à educação infantil quanto ao ensino fundamental. Bernadete complementou, alertando que a estrutura atual exigiria que escolas com diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental e EJA) respondessem a múltiplos questionários, o que poderia inibir a participação. Vera sinalizou que essa era uma dificuldade discutida desde o início e que era preciso refletir sobre a questão: fazer perguntas genéricas ou seguir as estratégias do PME. Paulo Henrique, então, propôs uma solução que uniria o questionário, com uma base comum a ser respondida por todos os níveis e cada segmento com suas particularidades contempladas em questionários próprios. Sara corroborou com a proposta de Paulo Henrique, detalhando a estrutura: Seção Geral: Uma parte inicial com perguntas sobre metas amplas, como gestão democrática, educação integral e educação especial. Essas questões se aplicariam a todos os segmentos e poderiam ser respondidas de forma unificada. Dentro desta seção, a escola indicaria a quais níveis de ensino cada pergunta se refere. Seções Específicas: Partes separadas para cada segmento, abordando questões mais particulares, como as metas e estratégias de ensino de cada nível. Bernadete aprovou a proposta, considerando que essa nova estrutura tornaria o questionário mais simples e funcional, aproveitando o trabalho já feito e garantindo a participação das escolas. Ela defendeu, ainda, que a melhor estratégia é agrupar todas as questões sobre educação especial em um único bloco, permitindo que as escolas — da educação infantil à EJA — respondam de forma unificada e eficiente. Isso evita a repetição de perguntas sobre temas como acessibilidade pedagógica e formação profissional em cada seção, e garante a coleta de informações abrangentes e organizadas sobre a educação inclusiva. Vera disse que podia-se usar o formato ou a estrutura do "Caderno da conferência" como modelo para organizar os grandes blocos de perguntas. Dando continuidade à reunião, ela iniciou a discussão sobre o tema "Avaliação", apresentando e explicando as questões propostas no questionário. Sara parabenizou a elaboração de todo o questionário, mas expressou dificuldade em entender a pergunta sobre a importância da avaliação, pedindo a Vera que explicasse a qual tipo de avaliação a questão se referia. Após a explicação, Bernadete sugeriu a remoção da pergunta. Ela argumentou que, como estava,

a questão seria difícil de ser compreendida por escolas que nunca participaram de um processo semelhante, o que poderia resultar em respostas limitadas e prejudicar a qualidade dos dados. Bernadete defendeu que, embora o questionário fosse extenso, as outras perguntas eram essenciais, tornando a remoção desta questão uma medida viável para torná-lo mais conciso e garantir respostas substanciais. Vera, Daise e José Carlos concordaram com a remoção das questões referentes à avaliação. Sara concordou com a necessidade de simplificar o questionário, sugerindo que, em vez de remover completamente o tema "avaliação", a equipe o aborde de forma mais direta. Ela propôs substituir as perguntas detalhadas por uma única questão que pergunte se a avaliação foi realizada. Sara argumentou que essa informação já é relevante para verificar se a meta foi atingida, obtendo dados gerais sem desmotivar o preenchimento por parte das escolas. Vera, por sua vez, pontuou que tais questões poderiam ser direcionadas à SMED. Bernadete argumentou que uma pergunta direta sobre a avaliação, com resposta "sim" ou "não", seria suficiente para monitorar o processo e servir de base para decisões futuras. Dessa forma, foi decidido manter a questão de maneira simples. Bernadete agradeceu à equipe por ter iniciado a elaboração do questionário, que servirá de modelo para os demais níveis de ensino (fundamental e médio) e redes (estadual e privada). Ela sugeriu que, após a criação dos próximos documentos, o grupo faça uma revisão para remover perguntas repetidas e simplificar o questionário, mantendo-o o mais objetivo possível para não desmotivar as escolas a responderem. Para as próximas etapas, ela se prontificou a incluir duas ou três perguntas diretas sobre o PAS para facilitar a tabulação dos dados. Por fim, propôs que a próxima reunião seja dedicada à apresentação do questionário do ensino fundamental e solicitou a confirmação dos presentes sobre essa pauta. Vanessa confirmou a pauta, informando, inclusive, que o grupo de trabalho do ensino médio já começou a elaborar o questionário. Vera sugeriu uma parceria para organizar e sistematizar os dados com alguma universidade, TCE ou CME, a fim de otimizar a finalização do questionário. Bernadete disse que iria pensar e construir melhor essa proposta. Daise comentou sobre a dificuldade em construir o documento, questionando se era o mesmo que havia sido discutido há dois anos, quando ela deixou o Fórum. Vanessa corrigiu a informação, esclarecendo que a metodologia de trabalho do Fórum mudou há cerca de um ano e meio. Ela admitiu que houve atrasos na finalização, mas considerou que o trabalho está progredindo. Bernadete iniciou sua fala avaliando e elogiando o avanço do trabalho, mesmo tendo participado de apenas três reuniões. Ela considerou o processo muito rico e destacou a importância das próximas etapas: a sensibilização das escolas para preencher o questionário e a tabulação dos dados. Bernadete sugeriu que a tabulação, uma tarefa complexa, poderia ser feita por membros do próprio Fórum, citando Valentina Scott como um exemplo de pessoa qualificada para a função. Vera, então, mencionou a antiga parceria com a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo (TCE-MG) por meio das representantes da instituição no Fórum. Bernadete questionou o andamento dessa colaboração. Vanessa respondeu que a representação do TCE-MG no grupo foi recomposta com a indicação de dois novos membros, mas eles ainda não participaram das reuniões. Bernadete reforçou que a expertise da Escola de Contas é fundamental, especialmente para questões de gestão orçamentária. Ela explicou que muitos gestores escolares, por serem professores, não têm conhecimento aprofundado sobre o fluxo dos recursos e que o grupo precisará aguardar a participação dos novos membros do TCE-MG para que possam contribuir com a discussão. Bernadete finalizou a reunião lembrando que adicionaria duas questões sobre o PAS ao questionário. Ela pontuou que é importante revisar o questionário consolidado em uma etapa posterior para remover repetições e torná-lo mais conciso, mantendo a qualidade dos dados. Reafirmou que o objetivo final é coletar dados para a construção do próximo Plano Decenal de Educação. Por fim, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 21h08. A ata foi lavrada por Vanessa Márcia da Cunha, Secretária Executiva do Fórum.